

Consensos, contestações e a relação existente entre o conceito de esfera pública e os espaços sob organização do MST

Consensus, contestations and the relationship between the concept of public sphere and the spaces organized by MST

Camila Chaves FERREIRA¹

Resumo

Em meio às disputas para se fazer ver, os movimentos sociais têm tido, simultaneamente, como prática e desafio, a tarefa de organizar espaços que possibilitem aos seus integrantes expressar opiniões, deliberar sobre temas específicos e, sobretudo, constituírem-se como sujeitos políticos. Nesse sentido, este artigo propõe uma reflexão sobre a relação existente entre a ideia de esfera pública e os espaços sob organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o lugar dado às contestações diante das questões relativas aos processos de identificação e construção de consensos.

Palavras-chave: Esfera pública. Movimentos sociais. Consenso.

Abstract

In the midst of disputes to be seen, social movements have had, at the same time, as practice and challenge, the task of organizing spaces that allow its members to express opinions, deliberate on specific topics and, above all, constitute themselves as political subjects. In this sense, this article proposes a reflection on the relationship between the idea of public sphere and the spaces organized by the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) and the place given to contestations in the face of issues related to the processes of identification and construction of consensus.

Keywords: Public sphere. Social movements. Consensus.

Introdução

As transformações ocorridas ao longo da história, sobretudo no final do século XX, tais como a revolução do modo de produção, atrelada às mudanças estruturais na sociedade e a difusão dos meios de comunicação, passaram a exigir dos movimentos

¹ Mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Ceará (UFC).
E-mail: camila.chaves@yahoo.com.br

sociais novas posturas frente à dificuldade de mobilizar. Assim como no processo comunicativo as mudanças ocorridas implicaram em pensar, por exemplo, a produção, a circulação e o consumo de informações a partir da mudança da relação existente entre tempo e espaço – velocidade dos fluxos e encurtamento das distâncias –, do ponto de vista da política, novas foram também as questões apontadas.

A importância política atribuída à comunicação e o cenário de concentração em que se encontram os meios, passaram a empurrar os sujeitos coletivos à reflexão sobre formas alternativas de intervenção e de expressão de sua vontade de liberdade e de transformação social. Nesse cenário de busca pelo outro e pela criação de espaços onde o fazer-se ver é tornado possível, as práticas comunicativas evidenciam-se não somente nos meios, nas mensagens e nos canais, conforme já apontava Berger (apud PERUZZO, 1998, p.113), mas sobretudo na construção de relações, o que coloca no centro das discussões os problemas relacionados à visibilidade e à representação, bem como à capacidade ou incapacidade de diálogo por parte de alguns setores da sociedade.

O tema do diálogo carece de certa atenção, uma vez que, não raro, uma das recorrentes críticas feitas à esquerda política e, sobretudo, aos movimentos sociais, refere-se a uma suposta falta da capacidade de dialogar diante das diferenças. A origem desta talvez se dê pelo fato de que, historicamente, estes setores, além de terem estabelecido o debate de temáticas que desafiam o senso comum, sendo alvos constantes de silenciamento, também optaram por realizar um debate e uma prática que priorizassem a dimensão econômica, fazendo com que as relações e diferenças sociais geradoras de constantes lutas simbólicas fossem ignoradas.

Ao afirmar que “a presença de outros que vêem o que vemos e ouvem o que ouvimos garante-nos a realidade do mundo e de nós mesmos”, Hannah Arendt (2009, p.60) traz à tona as reflexões sobre uma ideia de esfera pública tida como um espaço comum capaz de possibilitar ser visto e ouvido, do mesmo modo que ver e ouvir. Assim, deu margem para se pensar a possibilidade de conflitos no interior de tais espaços. Ao passo que, em Jürgen Habermas (1984), a concepção de esfera pública estaria associada à busca de consensos ou concordâncias nas questões disputadas.

Entre uma concepção e outra, não necessariamente conflitantes entre si, este artigo é delineado no sentido de investigar em que medida os espaços sob organização do MST, tais como acampamentos, pré-assentamentos e assentamentos, expressam, no desenrolar de seus dias, as características tidas como fundamentais no modelo de esfera

pública que, embora controverso, é ainda tido como ideal dada a relevância de sua contribuição aos estudos que relacionam comunicação e política.

Nesse sentido, vale ressaltar duas questões: primeiro que, a escolha do MST se deu, sobretudo, pela inquietação causada à sociedade devido a sua forma de atuação, ocupando terras e prédios públicos, e pelo modo como são formados os jovens e crianças sem-terrinha, uma vez que o Movimento conta com um modelo de educação popular capaz de romper com um padrão de educar que evita a reflexão crítica e freia a impaciência; e por fim, pelo fato de já ter tido a oportunidade de vivenciar espaços sob a organização do Movimento localizados nos estados do Ceará, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Piauí, Rio de Janeiro, Pará e Sergipe, o que foi fundamental para que se evite, neste artigo, a generalização por meio dos casos particulares contados, e a tentativa de construção de um sistema.

O conceito de esfera pública em Jürgen Habermas e Hannah Arendt

Do latim *publicus*, a palavra “público” carrega consigo diferentes acepções. Como adjetivo, pode designar a característica daquilo que mantém com o Estado uma relação de dependência (como escolas ou outros prédios públicos); daquilo que está acessível a todos (como uma praça, um evento, um jardim); e ainda daquilo que é conhecido por todos, algo que é tornado público. Será, porém partindo da leitura de “público” como substantivo, assim, da ideia de “público” como conjunto de pessoas e, sobretudo, como sujeito, que nos utilizaremos aqui para pensar o conceito de esfera pública presente em Jürgen Habermas.

Em *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, Habermas (1984) apresenta sua investigação acerca de aspectos referentes à estrutura, à função, à origem e à evolução do modelo liberal de esfera pública burguesa e aponta para a multiplicidade de significados concernentes à ideia de “público”, entre os quais opta por tratar como central aquele que diz respeito a uma esfera pública revoltada, bem indignada ou informada. Assim, desde aqui faz-se necessário ressaltar que a concepção de esfera pública então trabalhada fala sobre uma esfera de pessoas privadas reunidas em um público para a realização de discussões permanentes em torno de objetos de interesse.

Esta reunião de pessoas privadas como uma esfera pública moderna nasce a partir do século XVI com uma burguesia que, em decorrência da expansão do comércio e do

desenvolvimento de uma nova fase do capitalismo, se estabelece como classe detentora de poder econômico, porém privada de poder político. Sobre esse aspecto, no artigo intitulado *Esfera Pública Política e Media: com Habermas, contra Habermas*, Wilson Gomes (1998), ao considerar o sentido, o alcance e a validade do conceito aqui trabalhado, afirmará que:

Foi precisamente o contraste entre a sua importância social e o seu reconhecimento, de um lado, e o estado de privados de função política, de politicamente desprovidos de influência, do outro lado, que levou os burgueses a identificar na possibilidade da esfera pública sobretudo um âmbito livre do domínio das instâncias estabelecidas e neutralizado quanto ao poder.” (GOMES, 1998, p.2).

Em Habermas, a esfera pública tem como características o discurso e a argumentação; a razoabilidade e a racionalidade; a paridade argumentativa; e a acessibilidade. Todas estas, associadas ao princípio da publicidade, são tidas como fundamentais para que a busca de opiniões plausíveis e consensuais sobre aquilo o que se discute seja tornada possível, em assim sendo, essenciais para que a opinião pública figure como fruto do embate entre opiniões e da força daquele considerado como o mais forte e melhor entre os argumentos.

A ideia de opinião pública, por sua vez, nasce no século XVIII, após a Revolução Francesa, momento em que a burguesia se estabelece como setor de troca de mercadorias e de um trabalho social regido conforme suas próprias leis. Tais acontecimentos, por sua vez, implicam em mudanças tanto na estrutura das cidades, como na esfera pública propriamente dita. As cidades, a exemplo, passavam a ser constituídas como lugares de antítese à vida tida na corte, bem como lugares de encontro como cafés e salões ganhavam agora uma nova função: a de discussão.

A partir da reflexão sobre a nova função assumida pelas reuniões de pessoas privadas em um público – ainda que inicialmente estas fossem antecipadas em segredo, uma vez que, conforme apontava Habermas (1984, p.50), “a igualdade social só era possível como igualdade fora do Estado” –, pode-se pensar a primeira característica da esfera pública. Assim, por meio das argumentações que objetivam convencer os participantes da discussão, o discurso é propriamente tido como o combustível que move os embates entre as diferentes opiniões.

Em *A Condição Humana*, ao tratar sobre os conceitos das esferas pública e privada partindo da problematização sobre o Homem como animal Social ou Político, Hannah Arendt (2009) falará do lugar central do discurso (*lexis*), ao lado da ação (*práxis*), como uma das únicas atividades consideradas políticas dentre aquelas que se pensam necessárias e presentes nas comunidades humanas. Para a autora, as decisões tomadas em uma *polis* só se dariam mediante palavras e persuasão, não através da força ou da violência. Da ação e do discurso, surgiria a esfera dos negócios humanos que excluiria estritamente tudo o que era tido como necessário ou útil apenas.

Essa problematização nos permite pensar a segunda característica da esfera pública em Habermas, a sua orientação pela razoabilidade e racionalidade, o que implicaria em condicionar a participação de alguém em uma esfera pública às leis da racionalidade e da discursividade. Desse modo, este constitui-se como um espaço onde as reivindicações podem ser ou não consideradas válidas, desde que tal decisão seja tomada com base em uma argumentação que se dê de forma respeitosa, racional. Gomes (1998, p.17), por sua vez, criticará essa concepção, uma vez que não existe garantia de que uma racionalidade será orientada exclusivamente pela verdade.

Outra problematização concernente à característica da racionalidade feita nesse sentido é de Lincoln Dahlberg (2007) em *Rethinking the Fragmentation of the Cyberpublic: from consensus to contestation*. Para o autor, uma vez que a esfera pública em Habermas é pautada por um modelo que tem o consenso como intenção e que busca, por meio de uma deliberação estabelecida racionalmente, a eliminação das polarizações políticas no interior dos grupos, este modelo seria falho, uma vez que desconsideraria o caráter subjetivo da racionalidade.

Já em Arendt (2009), a ideia de esfera pública será orientada por dois sentidos de “público”: um que diz respeito a tudo que pode ser visto e ouvido por todos, ligado, portanto à ideia de “aparência”; e outro referente ao próprio mundo, na medida em que este é “comum a todos”. Assim, sobre a utilidade ou a relevância de determinados argumentos, a autora reclamará a exigência de que todas as coisas precisem estar expostas à luz da esfera pública, onde só é tolerado aquilo que é tido como útil, relevante, aquilo que é digno de ser visto e ouvido.

Desse modo, Arendt (2009, p.61) afirmará que “o que a esfera pública considera irrelevante pode ter um encanto tão extraordinário e contagiante que todo um povo pode adotá-lo como modo de vida, sem com isso alterar-lhe o caráter essencialmente privado”.

Seguindo esse pensamento teríamos, então, que tudo o que fosse considerado como irrelevante, perderia a possibilidade de ser objeto de debate da esfera pública e se transformaria, automaticamente, em coisa ou assunto privado.

Após o declínio de sua vasta e gloriosa esfera pública, os franceses tornaram-se mestres da arte de serem felizes entre “pequenas coisas”, dentro do espaço de suas quatro paredes, entre o armário e a cama, entre a mesa e a cadeira, entre o cão, o gato e o vaso de flores, dedicando a estas coisas um cuidado e uma ternura que, num mundo em que a rápida industrialização destrói constantemente as coisas de ontem para produzir os objetos de hoje, pode até parecer o último recanto puramente humano do mundo (ARENDDT, 2009, p.62).

Sobre a esfera pública em Habermas e a característica da paridade argumentativa preliminar, Gomes (1998, p.2) afirmará que “nela o sujeito se introduz sem portar consigo os privilégios e vantagens extra-discursivos da realeza e das posições da hierarquia social, isto é, na condição de pessoa privada; aí ingressa na condição de homem livre, sujeito de razão e consciência”. A partir desse pensamento é que torna-se também possível pensar a última característica aqui mencionada, a acessibilidade, que fala sobre a exigência de que ela esteja aberta à participação de todos e, conseqüentemente, que nela possam falar e serem ouvidos ou, como cita o autor, dizer e contradizer.

Assim, ainda que algumas questões apontadas no modelo ideal de esfera pública descrito por Habermas venham sendo problematizadas, seu trabalho continua sendo ponto de partida para as teorias e pesquisas sobre a esfera pública. Após décadas de publicação de sua mais relevante obra, o ensaio intitulado “*O espaço público*”, 30 anos depois, ele próprio tece críticas e novas reflexões sobre suas abordagens, entre as quais faz-se necessário mencionar a utilização do termo “público”, no singular, o que delimitava o pensamento sobre a existência de uma infinidade, uma pluralidade de outras esferas públicas concorrentes.

Assim, o autor afirma reconhecer a existência de uma esfera pública burguesa hegemônica e outras esferas públicas subculturais ou particulares às classes, e nesse sentido ter negligenciado a esfera pública plebeia, variante reprimida no curso do processo histórico. E assim dirá que “A exclusão das classes inferiores, mobilizadas culturalmente e politicamente, provoca uma pluralização da esfera pública em sua fase de formação. Ao lado da esfera pública hegemônica e, entrelaçada a ela, uma esfera pública plebeia se forma” (HABERMAS, 1990, p.2).

Porque considerar assentamentos como esferas públicas

As primeiras ocupações de terra por famílias datam de 1984, quando do surgimento do MST. Este período foi marcado por disputas na tentativa de redemocratizar o país pós-ditadura militar, quando líderes de movimentos de luta pela terra foram duramente reprimidos. Após a repressão e as diferentes táticas do governo na tentativa de desmobilizar o movimento camponês e de não efetivação da reforma agrária, a ocupação de terras surge como ferramenta eficiente e legítima de pressão ao Estado para a desapropriação de terras e sua consequente redistribuição. Surgem assim os primeiros assentamentos.

Como os assentamentos aqui pensados tomam como base a estrutura organizativa do MST, cabe dizer que este Movimento é estruturado como uma federação de coordenações estaduais sob a direção de uma coordenação nacional (ARAÚJO, 2000, p.80). O MST encontra-se presente em vinte e quatro estados e cinco regiões brasileiras, além de ser considerado o responsável pela conquista da terra de cerca de 450 mil famílias em todo o país. Tais famílias, mesmo depois de assentadas, continuam organizadas no movimento por compreenderem que o acesso à terra é apenas o primeiro passo para a realização da reforma agrária e da conquista de outros direitos básicos não garantidos.

Nos assentamentos, a organização se dá de forma democrática e de modo a permitir a participação de todas e todos os moradores na tomada de decisões. A participação, uma vez entendida não como algo dado, mas reivindicado, é construída cotidianamente na divisão e distribuição das tarefas, capacitação de novos elementos e estímulo à atuação daqueles que fazem o dia a dia do Movimento por meio da divisão em setores, núcleos e coordenações.

As famílias assentadas em espaços do MST ficam organizadas em setores que objetivam encaminhar atividades específicas relacionadas à: comunicação, educação, saúde, articulação política, finanças, gênero, frente de massas, juventude e cultura. Esta forma se dá tanto em nível local, como nacional, e a existência desses setores ou outros pode variar de acordo com as demandas de cada assentamento ou características do estado onde estão localizados.

Os núcleos discutem as necessidades específicas de cada área do assentamento. Para que ocorra essa divisão, são levados em consideração fatores como a proximidade das moradias e dos espaços destinados ao plantio, o número de pessoas que as integram

ou mesmo as habilidades específicas de cada integrante, para que haja troca de conhecimentos no desempenho das atividades coletivas.

Em cada núcleo é escolhido um representante para compor a coordenação do assentamento. Nos espaços de decisão, como nas reuniões, evita-se a tomada de decisões pelo voto. No lugar deste, estão as intervenções que demonstram os diferentes modos de pensar e se posicionar diante de uma dada realidade.

É importante dizer ainda que os lugares de decisão nos espaços sob a organização do MST são orientados a garantir a participação das mulheres, uma vez que se compreende que a organização destas é fundamental para o combate à violência sexista existente no atual modelo de sociedade. Desse modo, podemos afirmar que:

Os movimentos rejeitam a violência contra as mulheres e insistem sobre os direitos destas para saírem de casa e participarem das associações comunitárias e das comunidades eclesiais de base. O papel da liderança que as mulheres têm assumido nestes últimos anos demonstrou o potencial de sua atuação, numa arena pública que tem sido tradicionalmente de domínio exclusivamente masculino (VIOLA & SCOTT *apud* PERUZZO, 1998, p.70).

Assim, cabe aqui acrescentar o relato da experiência de participação na reunião realizada durante os dias da vivência em um assentamento. Em pauta estava o tema da produção sobre o qual as trabalhadoras e os trabalhadores pontuaram os problemas trazidos pela chuva e ressaltaram a necessidade de marcar um mutirão para cuidar das áreas de produção coletiva, como era o caso do arroz. Superadas estas questões, iniciou-se a discussão sobre um caso particular.

O caso referia-se a uma trabalhadora assentada que, por conta da idade e da sua saúde já debilitada, alegava não mais ter condições de desenvolver atividades que demandassem tanto esforço físico, como capinar plantações. Temia que não pudesse suportar o trabalho e, por conta disso, sugerira ao coletivo, por meio da coordenação de seu núcleo, que seus dias de trabalho pudessem ser trocados por grãos de feijão.

A troca proposta dividiu opiniões. Houve quem duvidasse do exposto e ficasse firme sob a alegação de que todas as pessoas deveriam trabalhar na mesma proporção. A maioria das intervenções que seguiram, no entanto, foram em apoio à trabalhadora, pontuando questões relativas à mulher e apontando para a busca de alternativas, como a possibilidade de pensar outras tarefas necessárias ao coletivo com as quais ela pudesse vir a contribuir. Assim, a partir de uma situação real, trabalhadoras e trabalhadores

discutiram o papel da mulher e do trabalho coletivo na construção de uma sociedade nova e puderam deliberar sobre uma questão que afetava diretamente suas relações.

Conforme visto, por meio do estímulo ao aprendizado e à participação, as principais características da esfera pública foram constatadas, uma vez que o assentamento figurou como palco de um grupo de pessoas privadas reunidas em um público, para a realização de discussões em torno de um objeto que lhes era de interesse, tendo estas utilizado do discurso e do poder de argumentação para conduzir, de forma respeitosa, à decisão que se tomou. Assim, conforme afirmou Habermas (1984, p.85), vale ressaltar que a opinião pública “se constitui em discussões públicas, depois que o público, por formação e informação, torna-se apto a formular uma opinião fundamentada”.

Porém, uma vez que foi entendido que os assentamentos são espaços de encontros entre diferentes, entre plurais, vale ressaltar que uma questão também problematizada no conceito habermasiano de esfera pública fala sobre a construção de consensos e, por conseguinte, sobre a falta de lugar para as reais contestações. Nesse sentido, será da concepção de Arendt (2009, p.62) ao afirmar que “a esfera pública, enquanto mundo comum, reúne-nos na companhia dos outros e contudo evita que colidamos uns com os outros, por assim dizer”, que partiremos para pensar se os espaços sob organização de sujeitos coletivos que se constroem no estranhamento e na diferença, como é o caso do MST, têm sido também os espaços das contestações.

Construção de consensos ou palco das contestações?

Para Gohn (2010, p.40), “os movimentos sociais constituem-se como um dos sujeitos sociopolíticos presentes no associativismo no Brasil porque eles foram, e ainda são, as bases de muitas ações coletivas no Brasil a partir de 1970”. Em seu mapeamento sobre o cenário dos movimentos sociais na atualidade, a autora destaca dez eixos temáticos entre os quais se encontra aquele referente às mobilizações e movimentos rurais onde estariam localizados atores como a Via Campesina (seção Brasil), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) e o MST, tido como o mais expressivo.

Em se tratando do MST, depois de conquistada, a terra passa a ser mais que objeto disputado, mas palco onde as contestações acontecem. Nela se dá tanto a luta pelo espaço,

como a luta pela definição da identidade, a luta pelas representações. São modos distintos de perceber o mundo. São ideias, palavras, formas de agir que falam sobre os lugares de onde se vem. Em espaços como os assentamentos, uma colcha de retalhos é formada: são moradores de cidades ou interiores. São homens, mulheres, jovens, crianças, católicos, evangélicos, moradores de rua, operários sem fábrica, camponeses sem chão, todos dentro de suas diferenças mobilizados por uma questão: a terra.

Para Milton Santos (1994, p.164), os homens, quando unidos por semelhanças fazem da terra tribo, e quando unidos pela cooperação na diferença, fazem dela lugar. Assim, propõe que para que o espaço seja compreendido, a análise sobre o tempo é tornada indispensável, tal a fusão entre tempo e espaço, que chegam a ser confundidos, não havendo como tratá-los separadamente. Nessa concepção, afirma que “o espaço é que reúne a todos, com suas diferenças, suas possibilidades diferentes, suas possibilidades diferentes de uso do espaço (do território) relacionadas com possibilidades diferentes de uso do tempo”.

Se compreendido que o processo de construção de um novo sujeito demanda tempo, e que o tempo constrói a diferença entre os indivíduos, tem-se que nenhum indivíduo, ainda que organizado em um mesmo espaço, compartilhará de uma mesma forma de consciência. Tal questão e seus porquês levam à necessidade de compreender que as contradições estão presentes mesmo naqueles espaços caracterizados pela horizontalidade e pelo compartilhamento dos saberes. Assim, entende-se que, ainda que o MST tenha como forte característica a formação de seus militantes com vistas à construção de uma identidade nova e comum, não se pode exigir que todas e todos que compõem o Movimento respondam de maneira uniforme a uma mesma situação.

Explicados por esta análise estão os traços das contradições ainda presentes em movimentos de caráter revolucionário como o MST, como por exemplo, a reprodução do papel social da mulher. Mesmo que o debate para a subversão de uma lógica machista venha sendo tocado no Movimento desde a sua criação, a opressão à mulher ainda se faz notar em espaços como assentamentos, seja pela divisão das tarefas estabelecidas em alguns lares, pela imposição de comportamentos socialmente determinados ou pela força do poder de decisão atribuído aos homens das famílias, ainda que estes sejam os filhos.

Não se pode negar, porém, que o MST muito tem avançado no debate sobre as opressões de gênero com vistas a sua superação, o que tem possibilitado às mulheres organizadas no Movimento o autorreconhecimento de sua situação como oprimidas, o

primeiro passo para que se reconheçam como sujeito e passem a trabalhar para a criação de condições que subvertam essa lógica e viabilizem sua participação. Assim, a terra é transformada em palco de luta por essa que é somente uma, das tantas representações.

Embora se compreenda que sem o estranhamento não há possibilidade de construção, é importante ressaltar que inicialmente as diferenças são geradoras de conflitos e disputas pelo poder de impor por quem antes fazia parte de um grupo negado, ignorado, invisível. Santos (1994, p.37) afirma que “é pelo lugar que revemos o Mundo e ajustamos nossa interpretação, pois, nele, o recôndito, o permanente, o real, triunfam, afinal, sobre o movimento, o passageiro, o imposto de fora”, essas características fazem do espaço um lugar de disputas e, sobre estas, Bourdieu afirma que

Com efeito, o que nelas está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de di-visão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo (BOURDIEU, 1998, p.113).

Para Bourdieu (1998, p.144), “o espaço social e as diferenças que nele se desenham ‘espontaneamente’ tendem a funcionar simbolicamente como espaços dos estilos de vida ou como conjunto de *Ständ*, isto é, de grupos caracterizados por estilos de vida diferentes”. Desse modo são em espaços como assentamentos, aqui entendidos como espaços sociais, que ocorrerão as lutas para que os conhecimentos de cada um sejam firmados, e isto se dá, assim como o poder simbólico, por meio do reconhecimento.

O capital simbólico, ou a distinção, são focos de conflitos em espaços do Movimento, entre os quais pode se exemplificar com uma das questões percebidas durante um período de vivência e observação com um grupo de assentados. É importante que se diga, antes do exemplo, que não há intenção de universalização do caso particular aqui mostrado, mas que se torna fundamental compreender como esta entre outras questões são representativas dos conflitos vividos, nesses casos, em duas instâncias específicas, uma do indivíduo e outra do coletivo.

Novamente nos remetendo ao espaço das reuniões para discussão dos problemas do grupo, uma das questões recorrentes era relativa ao alto volume do som e ao tipo de música ouvida por um dos moradores. Enquanto alguns assentados reclamavam do barulho, outros falavam do desconforto que a agressividade das letras tocadas os trazia. Acontecia que no aparelho de som, as músicas tocadas eram Rap, uma das bases do Hip

hop, movimento surgido como forma de reação aos conflitos sociais e à violência sofrida nas periferias dos grandes centros. Cultura característica das ruas, o Hip hop representa para o ex-morador de rua de São Paulo e naquela ocasião assentado, uma forma de expressão da realidade por ele vivida, além de uma forma de reivindicação de espaço e voz.

Todo consumo e, mais geralmente, toda a prática, é *conspicuous*, visível, quer tenha sido ou não realizado a fim de ser visto; ele é distintivo, quer tenha sido ou não inspirado pela intenção de dar nas vistas, de se singularizar (*to make oneself conspicuous*), de se distinguir ou de agir com distinção (BOURDIEU, 1998, p.144).

É nesse sentido que a disputa pelo outro evidencia-se também nos modos como são organizadas as práticas discursivas. Em se tratando especificamente da comunicação rural, Araújo (2000, p.45) afirma que tais práticas compõem um cenário formado basicamente pela comunicação para o desenvolvimento e a educação popular, tipos de intervenção social presentes tanto nos discursos como nas ações daqueles que as produzem. Para definir estas intervenções, a autora completa:

Sem entrar no mérito ideológico das definições, “ações de desenvolvimento” serão entendidas aqui como aquelas que objetivam promover a melhoria da qualidade de vida da população; por “educação popular” compreender-se-á as ações que visam aos processos educativos da população no sentido da sua promoção como seres humanos e como atores políticos (Araújo, 2000, p.45).

Para Araújo (2000, p.80), uma das principais características de organizações representativas da população, como é o caso do MST, é o intenso diálogo com sua base, o que tem lhes levado a repensar suas práticas discursivas, uma vez que estas atuam como forma de viabilizar seus objetivos. A este exemplo está o redimensionamento da comunicação realizada pelo Movimento que, para a autora, viveu uma significativa fase de transição que incluiu a mudança de pressupostos comunicativos, ou mesmo de suas funções.

No princípio, a comunicação desenvolvida pelo Movimento atendia basicamente às funções de mobilização, por meio da elaboração de cartazes, panfletos e folhetos, e de fonte alternativa de informação à grande imprensa, com o Jornal dos Sem-Terra. Após o repensar de suas atividades comunicativas, as novas funções atribuídas a elas passaram a ser o apoio ao processo de organização e capacitação de assentadas e assentados e a

divulgação do movimento a outros segmentos da sociedade, com vistas à construção de alianças (ARAÚJO, 2000, p.80), tendo sido, portanto, um passo no que diz respeito à manifestação da importância do outro, mesmo em suas diferenças, diante de suas ações.

Considerações finais

A terra, como espaço social, é também o lugar onde se dá a luta pela visibilidade, pela definição das identidades e pelas representações. É a partir dela que o mundo é revisto e são ajustadas as interpretações sobre ele. Assim, na terra são semeados os valores e construídas as bases materiais para que as novas relações possam ser estabelecidas. Em lugares como assentamentos, por exemplo, isso se expressa no modo como são organizadas as atividades e os espaços de decisão, uma vez que são dados de modo a tornar possível o aprendizado, estimular o protagonismo e exercitar o fazer-se sujeito do processo de transformação.

Nesse cenário, o diálogo figura como elemento fundamental no processo de identificação entre sujeitos que compõem os espaços formados, estando essencialmente na diferença a condição para que o encontro ocorra, para a construção do novo conhecimento ou da nova opinião. Diferença e identidade, por sua vez, são aqui entendidas não como questões naturais, mas elementos socialmente construídos, o que faz reforçar a necessidade de compreensão do funcionamento da sociedade para que se entenda como são construídas a todo instante as relações.

É a partir da percepção do outro e da capacidade de dialogar diante de suas diferenças que a construção de um novo sujeito é tornada possível. Assim, cabe dizer que o que fazem movimentos como o dos Sem Terra ao incorporar à sua pauta de reivindicações questões relativas à cultura, ao combate à violência sexista, à democratização da comunicação, à saúde pública, ao desenvolvimento justo e solidário da economia, à diversidade étnica, à participação no sistema político e à soberania nacional e popular, é dialogar com outros setores com vistas à formação de alianças.

É, portanto, desse modo, que se passa a entender a terra, tanto como o lugar material da possibilidade dos eventos, como o espaço da organização da vida social, uma vez que nela organiza-se toda a produção, seja ela de caráter simbólico ou material. Assim, pode-se dizer que os assentamentos sob organização do MST podem ser entendidos como esferas públicas no sentido de funcionarem como espaços onde a

organização de pessoas privadas em um público para a realização de debates, negociações e, principalmente, contestações, é tornada possível.

Referências

ARAÚJO, Inesita. Comunicação rural: o que se faz, o que se pensa. In: **A reconversão do olhar** - São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2000.

ARENDDT, Hannah, 1906-1975. **A condição humana**. – 10. ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 1998. 2 ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

DAHLBERG, Lincoln. Rethinking the fragmentation of the cyberpublic: from consensus to contestation. In: *New Media and Society*. Los Angeles, London, New Dehil and Singapore. SAGE 2007.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria de sociedade burguesa. – Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HABERMAS, Jürgen. **O espaço público, 30 anos depois**. In: *O Espaço Público*. 17.ed. Editora Suhrkamp Velag. 1990.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. 2.ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GOMES, Wilson Gomes. **Esfera pública política e media**: com Habermas contra Habermas. In: RUBIM, Antonio Canelas (Org), *Produção e Recepção dos Sentidos Midiáticos*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. Editora Hucitec. São Paulo, 1994.

PERUZZO, Cicília Krohling. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. Petrópolis: Vozes, 1998.